

Quando a censura se disfarça de respeito

Quando uma área é etiquetada como espaço seguro, pode-se pensar que se trata de um sítio onde as crianças brincam tranquilamente, ou onde os ciclistas circulam sem receio dos automóveis. Mas em muitas universidades norte-americanas, o conceito de *safe space* tem agora a ver com as palavras e as ideias. Desde há alguns anos que proliferam políticas de *safe space*, destinadas em princípio a garantir uma atitude inclusiva, na qual nenhuma minoria possa sentir-se discriminada ou ofendida.

Na sua origem, há um objetivo positivo: obter um ambiente respeitador, em que todos possam participar e ser ouvidos. Mas cada vez mais se está a converter no expediente para evitar que alguém tenha de escutar ou avançar para debater ideias que possam ser-lhe incómodas. Daí que bastantes observadores vejam nisto uma ameaça à liberdade de expressão, precisamente num âmbito onde o estudante se prepara para abrir a sua mente a novas ideias e aprender a confrontar as suas com outras.

O que pretende encobrir o *safe space* pode ser observado pela política da Universidade de Colúmbia – teoricamente uma campeã do liberalismo – que pede aos seus estudantes colocarem no seu dormitório um aviso onde se declara que nesse espaço “não se permite a homofobia, a transfobia, a misogénia, o racismo, a discriminação de classe ou por deficiência” e que ninguém se irá sentir “oprimido” na interação com os outros.

Na prática, o que acaba por acontecer é que qualquer pessoa pode dizer que “se sente ofendida” por determinadas palavras, o que leva a encerrar o debate na aula ou na residência ou na atividade em causa. Como afirma a escritora Wendy Kaminer (“The progressive ideas behind the lack of free speech on campus”, em “The Washington Post”, 20.2.1015), “hoje em dia, quando os estudantes se queixam de ameaças à sua segurança e pedem para ficar em ‘espaços seguros’, muitas vezes do que estão a falar é da ameaça de um discurso não desejado e estão a pedir proteção contra os incómodos emocionais suscitados por ideias que inquietam”.

O receio de que alguém se possa sentir incomodado ou traumatizado levou também à proliferação de avisos – *trigger warnings* – (“Trigger Warning”: Que nadie se sienta ofendido”

em “Aceprensa”, 3.6.2014) nos materiais utilizados nos cursos. Neles adverte-se para os perigos de certos materiais “potencialmente traumáticos” por evocarem problemas ou episódios relacionados com uma ampla gama de experiências negativas (desde o racismo ao sexismo ou ao antissemitismo). Assim, uma leitura de “O mercador de Veneza”, de Shakespeare, deverá chamar a atenção para o seu antissemitismo, e uma exposição de “Huckleberry Finn”, de Mark Twain, terá muito cuidado com a utilização de uma palavra racista como “preto”. Para a política do *safe space*, tão negativo pode ser utilizar uma palavra no contexto de uma citação, que como grito insultuoso.

Tudo isto tem vindo a criar um clima que os críticos qualificam de conformismo intelectual e de censura. A irritação destes fica patente num estudante de Colúmbia (“Meet the student who turned his dorm room into an unsafe space” em “Spiked”, 6.2.2015) que classificou o seu quarto como um “espaço inseguro” e advertiu num aviso: “Sejas negro, branco, latino, asiático, índio, homossexual, heterossexual, bissexual, transexual, preparado, deficiente, crente, agnóstico, rico, de classe média ou pobre, aqui irão julgar-te pelas tuas ideias, pela sua solidez e coerência, não por aquilo que és”.

Mas isto enerva os defensores dos *safe spaces*. Um livre confronto de ideias sem tabus, que sempre foi uma marca universitária, pode ser perigoso para a intolerância do politicamente correto. Daí que, em última análise, uma política que arvora a bandeira da aceitação universal, acaba por excluir certos debates e, inclusivamente, por sancionar os que se atrevem a suscitá-los.

No fundo, o puritanismo tão injuriado volta a estar presente para proteger novas causas. Certas palavras, certas ideias, são rejeitadas não através de uma troca intelectual, mas eliminando a sua expressão simplesmente. Há coisas que podem fazer ferir os sentimentos de determinados grupos, tal como outras podiam ofender antigamente os ouvidos de donzelas vitorianas.

Os *safe space* convertem-se assim em zonas onde a censura se disfarça de respeito. O importante é que ninguém – ninguém dos grupos defendidos – se possa sentir incomodado, perante ideias que possam inquietar o seu conformismo intelectual ou contrariar o seu estilo de vida. A suscetibilidade oferece o cartão de vítima e o direito a fechar a boca do oponente.

Noutros tempos, perante a censura do poder, o dissidente tinha pelo menos a auréola do rebelde. Pelo contrário, quem desafia a censura atual é etiquetado de intolerante. O *newspeak* orwelliano é a língua oficial dos *safe space* universitários.

I. A.

“Os cristãos chegaram ao Iraque 700 anos antes do Islão”

O Estado Islâmico (EI) “expulsou ou eliminou os cristãos de Mossul e Nínive. Pela primeira vez em 2000 anos, não se celebra missa em Mossul. É um momento muito negro”.

Assim o resume Pascale Warda, uma cristã assíria que preside à Organização Hammurabi de Direitos Humanos, e que pede ações mais contundentes para expulsar os terroristas do solo iraquiano.

Warda, que foi ministra de Política Migratória, mas que anteriormente viveu também no exílio nos tempos de “paz” durante o regime de Saddam Hussein, pode testemunhar a perseguição de que foi vítima constante a comunidade cristã no seu país. Como quando, em 1969, um coronel do exército de Bagdade ter irrompido na sua aldeia com um destacamento militar, e assassinado 38 cristãos.

Numa conferência de imprensa em Madrid, aonde chegou convidada pela Fundación Promoción Social de la Cultura – que desenvolve projetos de cooperação fundamentalmente no Médio Oriente –, a ativista iraquiana pró-direitos humanos destacou que os cristãos do seu país (1,7 milhões antes da queda de Saddam, e hoje apenas 200 000) não querem ser considerados uma minoria estrangeira, mas iraquianos. “De facto, eles chegaram a estas terras 700 anos antes do Islão, e consideram-se depositários da identidade iraquiana com mais razão do que alguns outros grupos”.

Warda salientou que, 1 300 anos atrás, quando chegaram ao Iraque os primeiros crentes do Islão, os cristãos receberam-nos de braços abertos, partindo do princípio de que tinham dois pontos em comum: ambos os grupos adoravam um único Deus, e no Alcorão fala-se de amor a Jesus. “Infelizmente isto durou pouco tempo”, lamentou.

A ex-ministra apresentou uma visão geral sobre a atualidade do seu país, onde os fanáticos do EI cometem as atrocidades mais impensáveis, pelo que muitos cristãos enviam as suas filhas para o estrangeiro, para evitar que caiam nas garras dos extremistas. “Necessitamos de ajuda, e não só os cristãos: também os yazidis”, reclamou.

À pergunta de como avalia as ações militares que estão a ser efetuadas pela coligação internacional contra o EI, referiu: “Os ataques aéreos não são suficientes. Se se pretende atuar com rapidez e limpar a região, precisa-mos de ‘botas’, soldados no terreno. A comunidade internacional tem de saber que estão em perigo não apenas o Iraque, a Síria e o Médio Oriente, mas todos os países, e que se não forem vencidos ali, podem atacar noutros sítios. São uma criação obscura, que diz guiar-se pelos princípios do Islão, mas que somente se dedica a destruir e a escravizar”.

A Igreja e os cristãos, no entanto, não são suficientes para os deter. “Necessitamos de um Estado que defenda os seus cidadãos; não como até agora, pois faltou às suas responsabilidades. Em Mossul [cidade que o EI tomou praticamente sem combate], o exército iraquiano não demonstrou que o seu objetivo fosse defender os iraquianos, e virou as costas aos cristãos. Daí que, estes tenham de andar lá de cabeça baixa. Essa é a versão de ‘tolerância’ do EI: ou pagam um imposto, ou são assassinados, a menos que se convertam ao Islão”.

Acrescenta que, hoje, assessores militares começaram a treinar os cristãos iraquianos para que recuperem o seu território: “Há grupos que estão a receber treino para se juntarem ao exército. Antes tinham a sua própria milícia, mas quando chegaram as tropas dos EUA, desintegraram-na, com a promessa de que formariam um novo exército iraquiano. Os cristãos acreditaram neles e dissolveram a milícia. Foi uma má ideia”.

Interrogada sobre a invasão de 2003 e os seus efeitos posteriores, Warda ironiza com o facto do exército dos EUA não ter ido para o país precisamente por amor aos cristãos iraquianos. “Sim, queríamos que nos libertassem de Saddam”, afirma, “mas ninguém planeou a fase pós-Saddam. Muitos dos que haviam estado na oposição ao ditador queriam islamizar o país, um país que já estava islamizado! Eram pessoas que não tinham a mais pequena preparação em termos políticos, mas realmente os norte-americanos achavam que a tinham”.

“Por outro lado, os muçulmanos pensavam que os norte-americanos eram cristãos como nós, que eram nossos ‘primos’, e embora tivéssemos explicado que George W. Bush não tinha nada a ver conosco, que também era-mos vítimas, fomos hostilizados, como os norte-americanos. Aos terroristas pouco lhes importa que o inimigo seja muçulmano ou cristão. Querem alcançar o seu objetivo, e é tudo”.

“Será possível acabar com o EI?”, Interessa-se uma repórter: “Para Deus, nada é impossível”, assegura Warda, e acrescenta: “É necessário que haja mais contundência por parte dos países islâmicos na condenação dos atos do EI, visto até ao momento haver governos islâmicos que não querem dizer com clareza que estas pessoas não respeitam as crenças muçulmanas”.

L. L.

Entram em vigor as novas regras de sucessão ao trono britânico

O antigo vice-primeiro-ministro britânico Nick Clegg anunciou há alguns meses, a entrada em vigor, a partir de 26 de março, das novas regras de sucessão ao trono britânico. As mudanças terminam com a primazia masculina no acesso à Coroa e permitem que a pessoa herdeira possa casar-se com outra católica.

A reforma foi acordada em 2011 pelos 16 estados soberanos da Commonwealth, cujo chefe de Estado é a Rainha britânica. Mas foi o anúncio da gravidez da duquesa de Cambridge, Kate Middleton, que fez acelerar o processo. Em 2013, o Parlamento britânico aprovou nova lei de sucessão ao trono, em substituição da que estava em vigor desde 1772.

De Kate e Guilherme, nasceu finalmente um bebê do sexo masculino. Mas, a ter sido uma menina, não teria havido impedimentos: as novas regras permitem que reine o primogénito, independentemente do seu sexo. Com efeito, a lei de sucessão ao trono de 2013 suprime a preferência masculina na linha de sucessão, “eliminando assim uma discriminação histórica contra a mulher”, afirmava o comunicado de Clegg.

Para a plena entrada em vigor de ambas as alterações, era preciso que os 16 países da Common-wealth, cujo chefe de Estado é a Rainha da Grã-Bretanha, introduzissem a reforma na sua legislação. Nove países não tiveram de fazer nada, mas os outros sete sim: o último que faltava era a Austrália, que acabou por fazê-lo.

Ora, com as novas alterações não desaparecem todos os aspetos discriminatórios das regras de sucessão ao trono britânico. Como recorda em “The Conversation” (“Power to the princesses: Australia wraps up succession law changes”, 26.3.2015) Anne Twomey, professora de Direito constitucional na Universidade de Sidney, “a família e a religião ainda têm uma importância decisiva. Só pode reinar um herdeiro ou uma herdeira que sejam protestantes e que estejam em comunhão com a Igreja de Inglaterra, e se ele ou ela forem descendentes legítimos de Sofia, eleitora de Hanover”, que deu origem no século XVII à dinastia atual.

O privilégio religioso mencionado por Twomey não só deixa de fora da linha sucessória os não anglicanos: teoricamente, também poderia excluir aqueles que, mesmo o sendo, mantêm um estilo de vida contrário à fé e à moral cristã. Isso afetaria a posição do monarca como cabeça da Igreja anglicana.

O assunto foi abordado por alguns bispos anglicanos, depois de algumas informações referirem as relações do Príncipe Carlos com uma mulher casada, sem se ter divorciado da Princesa de Gales, Diana. Mas a polémica baixou de tom rapidamente, tanto pela evolução dos acontecimentos, como pela condescendência da maior parte da hierarquia anglicana (“La unión entre la Corona y la Iglesia anglicana, puesta en

duda” em “Aceprensa”, 29.12.1993) e “Un rey divorciado, futura cabeza de la Iglesia de Inglaterra” em “Ace-prensa”, 6.3.1996).

“Olhos Grandes”

“Big Eyes”

Realizador: Tim Burton

Atores: Amy Adams, Christopher Waltz

Duração: 106 min.

Ano: 2014

Um filme baseado na história real de Margaret Keane, uma pintora que, nos anos 50 e 60, se envolve num processo em tribunal contra o seu ex-marido. O caso baseia-se na autoria dos quadros: quem era o verdadeiro pintor das telas representando as pessoas sempre com uns grandes olhos? Seria a mulher ou o seu marido? De facto, ele é que se apresentava como autor, mas como bom burlão, conseguira enganar a todos e até convencer durante bastante tempo a sua própria esposa a participar na farsa...

A história levanta várias questões que são muito atuais: qual o valor da arte, ou melhor, qual a principal característica que valoriza um objeto, um livro, um disco, uma pintura, etc... Será que tudo não passa por uma boa campanha de marketing? Em “Big Eyes” este aspeto é crucial, pois no fundo o que conta muitas vezes é vender e saber promover algo, criando tendências e difundindo modas. A partir daí, esse “algo” ganha notoriedade, presença, estilo e torna-se *cool*... Mas a questão mantém-se: o que é que realmente dá valor às coisas e... generalizando, o que é que, de facto, mais conta na vida? O filme responde, focando-se na “verdade”, um valor cujo preço todos estão dispostos a pagar quando o reconhecem, pois a vida torna-se bela quando se pode olhar para ela de frente, sem nada a esconder por detrás da fachada...

Tópicos de análise:

1. Viver de fachada começa por enganar o próprio que não se realiza.
2. A falsidade vai oprimindo cada vez mais tudo aquilo em que toca...
3. A verdade liberta a pessoa para as ações que realmente contam.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

